

35° Encontro Anual da Anpocs

GT06 - Desigualdade e estratificação social

Educar para quê? Desigualdades nos ativos relacionados à decisão educacional de famílias estratificadas pelo conceito de vulnerabilidade sócio-demográfica.

Sergio Stoco

Apresentando o problema da pesquisa

A pobreza é um fenômeno social! Tal constatação do ponto de vista social é aviltante, pois indica que todo o processo de produção de riquezas e transformação do meio impingido pelo homem até os nossos dias, resultando em uma complexificação da organização social, não conseguiu resolver a questão mais elementar da vida biológica e social, a manutenção da existência em condições dignas para todos.

Do ponto de vista sociológico, a pobreza é uma categoria de análise social que presume um processo de estratificação ordenado pelas relações entre indivíduos, grupos ou instituições em uma determinada estrutura social.

A análise social se move na tentativa de construir explicações teóricas para a realidade social, objetivando seus fenômenos por meio de esquemas analíticos construídos a partir de instrumentos e categorias empíricas.

Uma teoria materialista histórica, neste caso, deve contemplar a conexão entre todas as variáveis que geram uma condição, que também é de classe, mas que se estrutura na complexidade do tecido social, e dessa forma gera diferenças, diversas vulnerabilidades. Por tal razão, nossa proposta de pesquisa¹ é desagregar ao máximo os elementos distintivos destas vulnerabilidades (as ausências e posses de diferentes ativos) transformados em capitais e conseqüentemente mediados e valorizados em diferentes trocas (materiais e simbólicas) que geram melhora ou piora de posição (o processo de transformação de ativos em capitais) em um contexto (espacial e temporal) demonstrado como estrutura de oportunidades (KAZTMAM e FILGUEIRA, 2006).

A perspectiva utilizada é educacional, o que permite relacionar diferentes ativos e capitais presentes na permanente produção e reprodução das condições de existência das famílias como determinantes para as trajetórias educacionais, condicionando a função e as escolhas educacionais.

Os vínculos entre vulnerabilidade social e educação em nossa proposta analítica consideram a educação tanto como ativo que permite o enfrentamento de vulnerabilidades sociais, particularmente o risco à pobreza, que em determinadas

¹ O texto apresentado é composto de excertos da tese de doutorado “Família, Educação e Vulnerabilidade Social: o caso da Região Metropolitana de Campinas” defendida na FE/UNICAMP, em julho de 2011, originada na participação como pesquisador do projeto temático FAPESP “Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sócio-demográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos”, desenvolvido no Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP entre os anos de 2003 e 2009. <http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/>

condições sociais se transforma em importante capital humano, social e cultural, como passivo social que acaba por determinar, por meio dos mesmos capitais, a deterioração das condições de existência.

Isso ocorre porque a relação entre os ativos, capitais e estrutura de oportunidades é determinada historicamente e pode ser evocada apenas, na medida em que referenciamos o espaço social estudado. No caso da educação, isto significa observar **três eixos analíticos**, todos eles fontes de diferentes desigualdades educacionais: **o acesso à educação, as condições extra-escolares e as condições intra-escolares**.

A origem do **primeiro eixo** das desigualdades remonta aos primórdios da organização do ensino brasileiro. Uma forma de comprovar histórica e empiricamente esta afirmação é a análise do processo de normatização do ensino (a época denominada instrução pública) que surge com força já na primeira Assembléia Constituinte de 1823 (logo após a proclamação da independência).

Como descreve Saviani (1999, p. 24 e 25) foi eleita uma Comissão de Instrução Pública que durante os seis meses de constituinte elaborou dois projetos: Tratado de Educação para a Mocidade Brasileira e Criação de Universidades. O primeiro, motivo de muitos debates e emendas não vingou. Já o segundo, não apenas foi promulgado, como teve grandes debates em torno da abertura de uma, duas ou três universidades no país, o que revela, segundo conclusão de Saviani (1999, p. 25) que “a educação popular podia não apenas esperar por um “Tratado de Educação para a Mocidade Brasileira”, mas este mesmo tratado podia ser adiado *sine die*. Já a formação dos bacharéis não podia esperar um só instante; sua criação tinha que ser imediata.”

A descrição das origens normativas da organização educacional pública, no Brasil, aqui destacadas, intencionam não apenas identificar os elementos históricos constitutivos das desigualdades educacionais, mas, também, revelam de forma impressionante como características tanto normativas (a divisão da atribuição e responsabilidade entre coroa e províncias na organização do ensino) como valorativas (os sentidos e a importância que se dava ao tema) são tão atuais e persistentes às mudanças históricas.

Isso implica reconhecer que há uma dimensão estrutural do sentido e da função do ensino, na sua relação com o Estado e a sociedade (FREITAG, 1986). Esta relação está diretamente vinculada às formas e meios de produção da sociedade, inclusas as relações de poder que deles decorrem, o que, por sua vez, interfere, diretamente, na

forma como se identificam as desigualdades educacionais presentes na mesma sociedade e, por conseguinte, constitui-se em uma das dimensões do problema de pesquisa aqui apresentado.

O sistema universalizado do Ensino Fundamental, que conhecemos hoje no Brasil, é resultado dos processos de transformações sociais, sejam eles econômicos, políticos ou tecnológicos, que se desenvolveram de forma marcante no século XX. As transformações do sistema produtivo e o processo de acelerada urbanização do país induziram a uma crescente demanda social por escolarização que, a cada ciclo completado, “bate à porta” do nível de ensino seguinte, conformando pressões políticas por aumento de vagas e criando novas demandas por mudanças de qualidade, nos níveis de ensino já alcançados.

Apesar destas transformações a realidade de uma educação cindida, para grupos sociais em posições distintas, em uma sociedade com marcas profundas de desigualdades de várias ordens (econômicas, étnicas, raça, gênero, lugar, acessos às políticas públicas, direitos...) acaba por gerar um efeito amplificador destas mesmas desigualdades.

Neste sentido, surge o **segundo eixo** das desigualdades educacionais: as condições extra-escolares que relacionam a localização espacial de determinados grupos a fenômenos sociais. Estudos dessa natureza recebem o nome de "efeito-vizinhança".

As relações sociais, e as desigualdades delas decorrentes, inclusive as educacionais, produzem o espaço social, o território. Não há como dissociar a sociedade do espaço. A paisagem que presenciamos traz, na forma, as marcas de uma determinada organização social (LEFEBVRE, 1991). Mas esta relação não é direcionada apenas das relações sociais para o espaço, pois também a forma de organização e de ocupação que os grupos sociais fazem do espaço social são condicionadas pelas estruturas ali estabelecidas. Por isso não é de se estranhar quando escolas pertencentes à mesma rede de ensino apresentam diferenças de estrutura e desempenho escolar, a partir de sua localização, conforme, por exemplo, Cunha; Gimenez; Perez e Andrade (2009) nos apresentam.

Por último, não seria possível pensar as desigualdades educacionais sem destacar o **terceiro eixo**: as condições intra-escolares, ou seja, a noção de "efeito-escola", a qual se preocupa em identificar como as escolas podem fazer a diferença, para o desempenho dos estudantes.

Os estudos do efeito-escola surgiram na perspectiva de compreender a influência da escola na aprendizagem das crianças sem limitar sua possibilidade apenas à variável de nível sócio-econômico (NSE) em resposta às conclusões oriundas do relatório Coleman de 1966, que valorizavam o efeito-vizinhança, colocando a origem social dos estudantes como fator determinante do desempenho escolar.

Os três eixos analíticos fundamentais para entender os processos de desigualdades educacionais também podem ser observados em distintas dimensões sociais. Assim as pesquisas de sociologia da educação que objetivam compreender as desigualdades educacionais têm se reportado a estas diferentes dimensões, a saber: Estado, Família e Escola; de forma bastante intensa, pelo menos desde a década de 50 do século passado (FORQUIN, 1995; BROOKE e SOARES, 2008).

No caso da abordagem que vamos utilizar, no presente trabalho, a dimensão escolhida e reconstruída como objeto de análise é a função educacional da família, aqui entendida, dentro de uma perspectiva materialista, como unidade social de produção e reprodução da vida cotidiana (ENGELS, 1997). Tal abordagem coloca este trabalho em diálogo com as pesquisas que procuram relacionar as desigualdades escolares com os processos de estratificação social, seus mecanismos e condições.

Para este intento, compreender as desigualdades educacionais, é necessário observar que, também, na dimensão familiar existem diferentes compreensões da função educacional, o que mobiliza diferentes estratégias por parte das famílias.

Por exemplo, se a estratificação se dá pela classe social, diversas pesquisas identificam diferentes sentidos para a educação, independentemente das condições sociais a que a família está submetida, conjuntamente, como se vê, por exemplo, na pesquisa de cunho etnográfico desenvolvida por Gutiérrez (2007).

Já outras pesquisas empíricas demonstram variadas estratégias onde diferentes sentidos e objetivos de educação se associam a diferentes posições de classe média, no que se constitui importante forma de distinção cultural e acesso a determinados bens materiais e simbólicos (NOGUEIRA, ROMANELLI e ZAGO, 2003), ou ainda, estratégias que consideram existir uma moral dos pobres (SARTI, 1996) que associa para esses, a apropriação da cultura letrada (saber ler) às suas estratégias cotidianas de sobrevivência (uma constante e difícil escolha entre obter a condição atual e criar expectativas futuras).

Estas percepções, porém, não são estáticas ou geram determinações universais de tipos sociais, independentemente das condições históricas e da dinâmica social (LAHIRE, 2003). Apenas para exemplificar, a geração de migrantes brasileiros da década de 70 (êxodo rural) apesar das condições e posições sociais relativas pouco se alteraram com a saída do campo para a cidade, estabeleceu-se com um novo padrão de consumo que não existia para estas famílias de origem rural. Passa-se a projetar nas expectativas de realização (mudança de vida) que acompanham o migrante, a promessa de um padrão de vida que se apresenta na paisagem da grande cidade, mas que não alcançará (SARTI, 1996, p. 15), pois sua expectativa é similar àquela atribuída à classe média, sendo inclusive a escola uma fonte desta expectativa, já que é um equipamento público acessível, na cidade, para os filhos do migrante.

As gerações se sucedem e a percepção de que a educação pode não gerar melhores condições pode se estabelecer para aqueles que não conseguem enxergar mudanças, no seu cotidiano, em grande parte associadas às condições do crescimento econômico e às oportunidades de emprego e renda.

Para analisar empiricamente as proposições e conceitos até aqui descritos realizamos um mapeamento das Zonas de Vulnerabilidade das regiões pesquisadas, a partir dos dados provindos do Censo 2000.

As “Zonas de Vulnerabilidade”, assim denominadas na pesquisa, foram construídas em análise fatorial apresentadas no **Quadro 1**, logo abaixo, retiradas do Boletim da Amostra do Censo 2000 e classificados em termos de três dimensões de capitais: físico, humano e social.

Quadro 1: Variáveis que compuseram os fatores para montagem das Zonas de Vulnerabilidade, RMC, áreas de ponderação Censo 2000.

Variáveis	Capital Físico		Capital Humano		Capital Social		
	Fatores		Fator		Fatores		
	1	2	1	1	1	2	
DensMorComodo	0.871	0.372	PessAnalF15+	0.968	ChefeFcm10a19	0.674	0.034
RenChefeFam0a2	0.777	0.507	EscChefeFam0a4	0.964	TamFamilia	0.429	-0.692
TipoCasa	0.851	-0.052	Razão Dependência	0.914	OutrosAgregados	0.241	0.819
TipoComodo	0.237	0.722	% var.explicada	90.09	S/CarteiraAssinada	0.706	-0.319
Cond.Propr.Aquis	0.175	-0.031			NãoPreqEscola7a14	0.804	0.054
Cond.Alugado	-0.752	-0.214			FamRendaNãoTrabalho	-0.670	0.576
AguaNãoCanaliz	0.069	0.740			% var.explicada	38.17	26.46
2+Banciros	-0.779	-0.279					
S/RedeEsgoto	0.391	0.547					
S/Calafalixo	0.225	0.594					
% var.explicada	35.53	22.45					
Interpretação sugerida dos fatores	Padrão de ocupação periférico	Deficiência na infra-estrutura domiciliar	Carência de capital humano		Desproteção social	Estratégia familiar de proteção social	

Cada fator construído representa uma interpretação sugerida das cargas fatoriais (valores apresentados pelas variáveis expressos nas colunas de cada fator) e uma porcentagem no total da variação que representa a força explicativa da variação do fator (por isso para os ativos: capital físico e capital social foram construídos dois fatores para cada).

Evidentemente esta forma de construção do indicador de vulnerabilidade traz limitações na operacionalização dos conceitos de ativos a partir dos capitais, já que se trata de fonte secundária onde as variáveis contidas no censo não conseguem contemplar todos os atributos esperados para os capitais e nem sempre conseguem dar unidimensionalidade (explicar apenas o efeito esperado) a estes atributos.

Não podemos, entretanto, desprezar as vantagens da construção de um indicador sintético, principalmente a facilidade de operacionalização e a disponibilidade de série histórica, além disso, a estratificação dos resultados por zonas de vulnerabilidade acaba por referendar a capacidade explicativa do modelo ao apresentar com bastantes detalhes as diferenças encontradas.

Como observam Cunha; Jacob; Hogan e Carmo (2006) as interpretações sugeridas para cada indicador são fundamentais para entender o que a gradação das zonas de vulnerabilidade representa, na observação dos ativos e capitais.

Estas observações quanto à montagem dos fatores que representam o indicador de vulnerabilidade, são importantes para nossa percepção sobre os limites e possibilidades da metodologia empregada. Apesar de não termos, na construção das zonas de vulnerabilidade, alguns atributos reconhecidos da definição conceitual dos três capitais, podemos em certa medida, recuperar estas características a partir das variáveis que compõem o questionário da pesquisa domiciliar, como demonstraremos na análise dos dados.

Após definir os fatores que compõe as zonas de vulnerabilidade, o passo seguinte foi dar a dimensão espacial ao indicador, ou seja, mostrar como estas características se apresentam nas regiões estudadas. Para isto foram criados escores fatoriais e verificado como eles estavam dispostos nas áreas de ponderação da região pesquisada.

Depois utilizou-se a metodologia de análise de conglomerados (clusters) para se estabelecer porções homogêneas do espaço. A metodologia consiste em comparar a distribuição dos escores fatoriais, identificando as distâncias (mais próximas e mais

afastadas) permitindo uma caracterização distinta de cada região. As quatro graduações das zonas de vulnerabilidades são descritas e representadas no mapa a seguir:

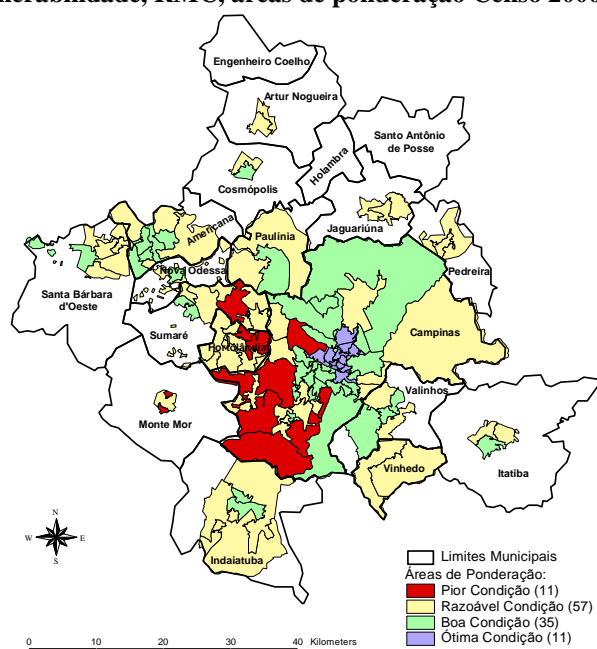
ZV1- (vermelho) Vulnerabilidade absoluta: para as áreas onde em praticamente todas as dimensões as condições eram desfavoráveis;

ZV2- (amarelo) Vulnerabilidade Relativa Alta: para áreas localizadas em áreas periféricas, no entanto, mais consolidadas em termos da infraestrutura urbana que, na verdade, é o que as diferenciam essencialmente da situação anterior;

ZV3- (verde) Vulnerabilidade Relativa Média: áreas com condição socioeconômica sensivelmente melhor que as anteriores, mas ainda com deficiência tanto no capital físico, como humano.

ZV4- (azul) Vulnerabilidade Relativa Baixa: áreas mais centrais da cidade, com mais alta renda e com composições familiares com maior predominância de pessoas sós, idosos etc.

Mapa 1: Zonas de Vulnerabilidade, RMC, áreas de ponderação Censo 2000.



Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade FAPESP/CNPq, NEPO/UNICAMP (2007).

Há uma relação entre a posição da zona de vulnerabilidade e o padrão histórico da constituição da mancha urbana, do processo de ocupação do espaço, da segregação residencial e das condições socioeconômicas, pois as áreas 1 e 2 são aquelas mais periféricas e mais empobrecidas dos municípios, enquanto as zonas 3 e 4 representam a área central e suas adjacências, formando o desenho de um anel concêntrico de desenvolvimento da área mais antiga, com maior concentração econômica e comercial, para a periferia do município.

Evidentemente esta distribuição, no espaço, coincide, em grande parte, com a distribuição montada por critério de renda, ocupação, escolaridade e outros bons indicadores da distribuição espacial da pobreza. Mas o que difere estes indicadores da

metodologia da construção das zonas de vulnerabilidades de outros mais tradicionais é a capacidade analítica e dinâmica que conjuga efeitos estruturais e conjunturais do fenômeno social da pobreza.

A análise dos dados

A descrição dos resultados da exploração das frequências da pesquisa domiciliar será apresentada em segmentos divididos por critério de capitais (físico, humano, cultural e social). Esta nomenclatura segue a noção de que os recursos mobilizados, ou não, nos domicílios são ativos que, relacionados ao mercado de trocas de benefícios, se configuram como capitais.

As divisões de nomenclatura seguem as referências utilizadas para a conceituação de cada capital, o que, por vezes, pode gerar dúvidas de fronteira. Ou seja, torna-se difícil determinar que uma variável corresponde a atributo pertencente ao capital humano ou cultural, por exemplo. Isso ocorre, porque as definições e conceitos foram, neste caso, concebidos em correntes teóricas diferentes e o fenômeno social é eminentemente relacional.

As inferências e análises apresentadas condicionam-se ao limite da unidade de análise da pesquisa, a saber, o domicílio. Isto significa a construção de uma perspectiva dos respondentes contida em uma visão familiar, já que apenas 11,1% dos domicílios são unipessoais ou arranjos com não parentes, e a perspectiva que estamos assumindo, educacional, está atendida na medida em que a respondente (70%) é geralmente a mulher do domicílio, seja ela chefe ou cônjuge.

Capital físico / financeiro

Utilizaremos como atributos do capital físico / financeiro um critério contábil, selecionando as variáveis que expressem a posse ou propriedade de determinado bem tangível, que tem liquidez (pode ser reconvertido em expressão monetária) reconhecida, no mercado de bens. Além disto, interessa-nos, também, a propriedade de investimento, característica da Economia Clássica, atribuída ao capital físico / financeiro, em que a posse ou propriedade de determinado capital físico resulta em inversão produtiva.

Evidentemente que, na formulação da referida teoria, a família representa fator de produção expressado no trabalho (capital humano), mas a família também representa, dentro da perspectiva materialista, um núcleo de produção e reprodução e, portanto, a posse ou propriedade de determinados ativos, transformada em capital dependendo da

estrutura de oportunidades considerada, pode significar maior ou menor capacidade de geração de benefícios presentes ou futuros.

Certamente, um dos mais importantes ativos das famílias é a remuneração oriunda do emprego da força de trabalho. Mesmo considerando não temos um mercado de trabalho que tenha chegado a se efetivar como uma sociedade salarial, na forma como definida por Castel (2008), mas que, também, sofre com os processos de flexibilização, desemprego e precarização da mão-de-obra, a RMC caracteriza-se por um alto volume de formalização do emprego. Isto em períodos de baixo crescimento econômico ou recessão impacta, decisivamente, sobre a vulnerabilidade social das famílias.

A população da Região Metropolitana de Campinas – RMC ocupada (trabalho regular) era, em 2007, de 85,83% da PEA, a taxa de desemprego aberto era de 11% e a taxa de desemprego total era de 14,17% (desemprego aberto mais trabalho precário e desalento). Segundo os respondentes da pesquisa domiciliar, tinham como rendimento do trabalho principal uma renda de R\$ 991,00 em média (R\$ 1.171,00 homens e R\$ 759,00 mulheres) e R\$ 760,00 de mediana (R\$ 900,00 homens e R\$ 600,00 mulheres). Ainda, em relação ao rendimento do trabalho principal, 39,04% ganhavam de 1 a 2 salários mínimos, 25,58% de 2 a 3 salários mínimos e 15,36% de 3 a 5 salários mínimos.

A distribuição da população que está ocupada, no mercado de trabalho, e as taxas de desemprego não são, porém, as mesmas, considerando as condições de vulnerabilidade e sua relação com os grupos etários, particularmente quando olhamos para os jovens mais vulneráveis (que não têm a formação nem a experiência que o mercado demanda):

Tabela 1: Taxa de ocupação segundo grupos etários, em números relativos, por zonas de vulnerabilidade, RMC, 2007.

	ZV 1	ZV 2	ZV 3	ZV 4*	RMC
10 a 24 anos	67,70%	79,42%	83,15%	85,60%	79,81%
25 a 39 anos	80,56%	85,06%	87,89%	89,52%	86,48%
40 a 54 anos	87,29%	88,58%	87,99%	99,00%	88,45%
55 a 69 anos	78,85%	86,54%	92,95%	94,22%	89,13%
70 anos e mais	**	**	**	**	**

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade FAPESP/CNPq, NEPO/UNICAMP (2007).

* Corresponde a cerca de 40% do total da população da zona de vulnerabilidade 4 e apresenta rendimento médio abaixo da mediana da distribuição geral deste estrato.

** n° amostral insuficiente

É importante abrir um destaque particular, nestas informações, para o persistente padrão de remuneração diferenciado entre homens e mulheres, considerando que a responsabilidade (chefia) feminina é uma realidade para 26% dos domicílios da RMC e

as razões históricas e culturais destas diferenças e da divisão do trabalho doméstico. A capacidade de desenvolver capitais a partir deste comprometimento do ativo financeiro é bastante relevante na sua relação com a função educacional das famílias e sua conexão com a escola (uma prova disto são as inúmeras referências aos trabalhos educacionais que relacionam o trabalho feminino ao acesso à Educação Infantil e à literatura educacional que condiciona o arranjo familiar às características de participação da família na escola ou no sucesso escolar).

Há, também, uma série de críticas relevantes levantadas em Carvalho (2004) sobre a intensificação do trabalho feminino, imposto pela lógica do sucesso escolar baseado na participação da família, em que as escolas e as políticas exigem mais das mães (reuniões, tarefas, lição de casa...), sem considerar as condições de existência e de trabalho já intensificado pela dupla jornada (casa e emprego).

Pensando na divisão do trabalho doméstico na sua característica conflitiva de relação de poder (gênero e geração) perguntamos sobre a distribuição das tarefas domésticas, e quase que integralmente, todas as tarefas são realizadas pelas respondentes (geralmente as mulheres do domicílio), exceção feita aos trabalhos socialmente marcados como masculinos como pequenos consertos elétricos, hidráulicos ou de marcenaria, idas ao banco e pagamento de contas, ambas as tarefas, são divididas quase na mesma proporção com os cônjuges. Também há uma incidência de 20% a 40%, nas zonas de vulnerabilidade 3 e 4, de tarefas realizadas por pessoas remuneradas.

Em relação à tomada de decisões como: educar os filhos, o que fazer no final de semana, comprar eletrodomésticos, móveis ou carros e compras mensais, reforma ou construção da casa os respondentes decidem em conjunto com o cônjuge aproximadamente entre 30% e 60% (proporção **decrecente** em relação às zonas de vulnerabilidade). Para outra parte significativa é uma decisão apenas do respondente entre 10% e 20% (proporção crescente em relação às zonas de vulnerabilidade).

Sobre a responsabilidade no cuidado com as crianças com menos de 10 anos, os respondentes confirmam que “cuidar” (alimentação, higiene, sono, brincadeiras, vigiar) é responsabilidade da mãe. As proporções são muito parecidas em outras atividades como ajudar nos deveres escolares, levar ao médico e ir buscar na escola, não tendo grande variação em relação às zonas de vulnerabilidade.

Os menores de 17 anos, quando não estão na escola, ficam sob a responsabilidade da mãe ou pai, em casa, em mais de 50% dos casos. Se considerarmos a companhia de

outro parente (avós, irmãos...) em casa a proporção é acrescida em mais 20%. Proporções que não tem grande variação em relação às zonas de vulnerabilidade.

Apesar de a RMC ter elevada renda média e alto custo de vida² há, também, um contingente considerável de pessoas em situação de pobreza. Na zona de vulnerabilidade absoluta (ZV 1) 25,4% da população está abaixo da linha de pobreza (critério CEPAL³) e 35,8% possuem condições de necessidades básicas insatisfeitas (NBI ampliado⁴). Na ZV 2, 17,1% da população está abaixo da linha de pobreza (critério CEPAL) e 16,2% possuem condições de necessidades básicas insatisfeitas (NBI). Além disto, pouco mais de 50% daqueles que estão abaixo da linha de pobreza na ZV 1 também possuem necessidades básicas insatisfeitas.

As condições de renda e infraestrutura domiciliar da população mais vulnerável (ZV 1 e ZV 2) revelam importantes distinções da pobreza. Estar abaixo da linha de pobreza significa um estado de privação financeira que inviabiliza o acesso ao padrão mais elementar de consumo para a subsistência (que pode estar relacionado a aspectos conjunturais decorrentes da perda de rendimentos e inclusão no corte da linha de pobreza). Isto associado a condições precárias de moradia (como veremos adiante) e a falta de acesso a condições básicas de segurança social (NBI) comprometem, diretamente, o padrão material e simbólico de acesso à educação e, particularmente, o padrão da função educacional familiar (que pode caracterizar a pobreza reiterada, estrutural).

O domicílio é um dos ativos mais representativos das famílias, tanto do ponto de vista material (elemento fundamental para as condições de manutenção da produção e reprodução da vida cotidiana), como na sua relação simbólica de conformação de um dos sentidos de família (a casa, o lar...). Ele expressa, na sua materialidade e na sua representação, uma expectativa de autonomia e segurança familiar e, também, como aponta Sarti (1996, p. 93 e 94), um processo histórico de acumulação financeira, apropriação do espaço habitado e distinção de classe (a casa e o barraco).

Estas representações do domicílio se articulam na apreensão educativa do processo de socialização dos seus residentes, ora se moldando como espaço de relações e

² Segundo a RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego na Região Metropolitana de Campinas o rendimento médio no emprego em 2007 era de R\$ 1.626,23. O PIB per Capita do município de Campinas, segundo o IBGE era de R\$ 27.788, 98. A despesa média mensal monetária e não monetária para os 40% com menor rendimento no estado de São Paulo, R\$ 1.041,98, segundo a POF 2008 e 2009.

³ Linha de corte de renda aproximado de R\$ 258,00, per capita, a preços de 2007.

⁴ Composição do critério NBI na pesquisa ver Neves e Cunha (2010).

convívio familiar, portanto, estabelecendo um padrão de formação cultural (aí incluso o padrão de renda x consumo), ora estabelecendo as condições de apropriação deste mesmo processo de formação cultural (o conflito entre o padrão de oferta educativa idealizado e a concorrência com a manutenção material do domicílio).

Relacionando estas representações, cada arranjo domiciliar estruturado materialmente na residência, aumenta, diminui ou transforma seu capital físico / financeiro a partir das condições dadas pelas características físicas assumidas por cada unidade domiciliar.

Além da relação direta do pertencimento a uma determinada ZV e as condições físicas, podemos inferir, também, que há diferenças de interpretação sobre propriedade e regularização dos domicílios. Apesar da proporção muito próxima de respondentes que afirmam ter construção e terrenos próprios, ao observarmos a proporção de regularização e de posse de escritura, percebemos que se trata de realidades bem distintas.

A opção “não próprio” agrega respostas como alugado cedido e ocupado. No caso da ZV 1, 12,7% são imóveis alugados (portanto, 7,9% são cedidos ou ocupados), na ZV 2, 18% são alugados, na ZV 3, 21,2% são alugados e na ZV 4, 29,6% são alugados.

Nas zonas mais vulneráveis a posse não significa, necessariamente, propriedade regularizada. No item “auto-construção”, na **Tabela 2**, podemos deduzir a importância que existe na solidariedade entre parentes, num item fundamental das condições de existência (construção da casa) para as famílias mais pobres.

Tabela 2: Situação de posse, forma de aquisição, regularização fundiária e construção dos domicílios, em números relativos, por zonas de vulnerabilidade, RMC, 2007.

	ZV 1	ZV 2	ZV 3	ZV 4*	RMC
Construção e terreno próprio	61,9%	68,3%	66,9%	65,4%	65,8%
Adquiriu recursos próprios	76,4%	78,8%	76,6%	85,2%	78,4%
Bairro regularizado	51,9%	89,6%	96,4%	94,5%	89%
Auto-construção**	43,4%	41,9%	20,7%	0%	33,8%
Documentação regular***	27,8%	65%	83,8%	94,9%	70,5%

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade FAPESP/CNPq, NEPO/UNICAMP (2007).

* Corresponde a cerca de 40% do total da população da zona de vulnerabilidade 4 e apresenta rendimento médio abaixo da mediana da distribuição geral deste estrato.

** Foram considerados domicílios auto-construídos aqueles que o respondente participou do processo de construção, contando ou não com ajuda de familiares, amigos, vizinhos ou em processo de mutirão.

*** Como documentação regular considerou-se aqueles que declararam possuir escritura definitiva ou documento comprobatório de uso.

Estas características em conjunto com as variáveis: infra-estrutura física das residências, fornecimento de água, coleta de lixo, tratamento de esgoto, proximidade de áreas alagadiças e as condições do entorno do domicílio, disponíveis na base de dados da pesquisa, constituem importantes ativos distintivos de condição social. Mais do que isto,

são condições que determinam a capacidade de gerar benefícios de outros ativos (renda, trabalho, escolaridade...), impossibilitando ou restringindo a probabilidade de que os diferentes capitais sejam acionados.

Capital humano

As classificações das variáveis que compõem a seção do capital humano consideram a relação entre as características pessoais (ciclo de vida, educação, saúde...) e a capacidade de conversão das mesmas características em benefícios materiais e simbólicos. Evidentemente estes limites (capital físico e humano) são sempre provisórios e dependem, essencialmente, da interação da pessoa que possui o atributo com sua legitimação, no meio social. O que vai além da escolaridade, tradicional indicador de capital humano, e possui um efeito relacional com outras características do indivíduo, onde dificilmente é possível isolar seu efeito (BECKER, 1993, p. 15 e 16).

Características da população

A distribuição etária da população na RMC tem seguido o padrão de transição demográfica das regiões urbanas brasileiras. A proporção da população de crianças e jovens vem caindo significativamente. Analisando esta tendência na perspectiva de ativos, abre-se a conhecida “janela de oportunidades” com a redução da razão de dependência (número menor de crianças, jovens e idosos em relação à população economicamente ativa), porém este movimento, mantidas as mesmas condições (do crescimento demográfico e do padrão etário do emprego) gerará uma proporção maior de idosos (aumentando, no futuro, a razão de dependência das famílias e a demanda por serviços públicos para esta população) que afetará, diretamente, o padrão de renda de toda a população.

Quando separamos a razão de dependência por grupos etários, **Tabela 3**, o peso relativo que têm crianças e idosos frente às zonas de vulnerabilidade se revela. Mesmo considerando tratar-se de estruturas de gastos domiciliares distintos devemos considerar que idosos, geralmente, auferem renda e crianças não.

Tabela 3: Razões de dependência – RD total e por grupos etários por zonas de vulnerabilidade, RMC, 2007.

	ZV 1	ZV 2	ZV 3	ZV 4*	RMC
RD total	0,50	0,39	0,46	0,49	0,42
RD crianças	0,43	0,30	0,23	0,16	0,27
RD idosos	0,07	0,09	0,24	0,33	0,15

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade FAPESP/CNPq, NEPO/UNICAMP (2007).

* Corresponde a cerca de 40% do total da população da zona de vulnerabilidade 4 e apresenta rendimento médio abaixo da mediana da distribuição geral deste estrato.

No padrão atual da distribuição etária, muitas vezes, alguns idosos se constituem no único membro da família a auferir renda regular por meio de aposentadoria ou pensão, principalmente nos períodos de acentuado desemprego (o que ocorre para 82,4% dos idosos com mais de 65 anos na ZV1 e 87,91% na ZV 2), mas é inegável que dado nossos padrões culturais e econômicos, um rápido crescimento da população idosa refletirá, significativamente, na renda domiciliar e nas finanças públicas.

Este padrão de distribuição etária da população, considerando a longevidade menor das classes populares, gera expectativas diferentes quanto à função educacional, tanto pelo aspecto cultural (o sentido que se dá à velhice), como do ponto de vista econômico com possibilidades de gerar expectativas de trabalho e aposentadoria.

Outra informação importante sobre a região, que impacta diretamente em nossa análise educacional, é o número de pessoas, por domicílio, 3,54, em média. Sendo que 61,87% dos respondentes da pesquisa domiciliar possuem filhos morando no domicílio.

Escolaridade

A população do município tem entre 20% e 30% de estudantes (em todos os níveis de ensino e idades), considerando a população de cada estrato, com uma tendência decrescente desta proporção das zonas mais vulneráveis para as zonas menos vulneráveis. Isto se explica, em parte, pela maior concentração de população infantil e jovem, nas zonas mais vulneráveis. Demonstrando, basicamente, que na RMC estudam crianças e jovens, o que preocupa, dado os baixos níveis de anos de estudos da população e as características do mercado de trabalho da região.

Entre a população estudante da RMC⁵ 49% cursam o Ensino Fundamental regular, e estão dentro da faixa etária adequada (6 a 14 anos), 88% para este nível. A proporção de estudantes com adequação idade-nível para o Ensino Fundamental tem proporção crescente de 88% a 94% da ZV 1 até a ZV 4.

O Ensino Médio regular é cursado por 16,7% da população, e destes, 73,9% o fazem dentro da faixa dos 15 aos 17 anos. Para este nível a disparidade idade-nível por zona de vulnerabilidade é grande, mas os números são insuficientes para serem desagregados por condição de vulnerabilidade. Há ainda 14,8% de estudantes na Educação Infantil e 14,4% na Educação Superior.

⁵ Os dados da pesquisa domiciliar estão muito próximos do Censo Escolar do Inep (2007) para as informações da RMC. No censo das matrículas realizadas em 2007, 54% eram no Ensino Fundamental; 16% no Ensino Médio; 16% na Educação Infantil e 14% na Educação Superior.

Separando a população por zona de vulnerabilidade, a ZV 1 tem a menor proporção de pessoas com 11 anos ou mais de estudo, 24,6% das pessoas deste estrato, o que equivale a pessoas com no mínimo Ensino Médio completo. A proporção de pessoas com 11 anos ou mais de estudo vai aumentando, conforme a situação de vulnerabilidade, como demonstra a distribuição na ZV 2 (28,2%), ZV 3 (46,4%) e ZV 4 (55,2%).

Também na ZV 1 nota-se a maior proporção de pessoas com menos de 8 anos de estudo (em torno de 51,6% da população do estrato), o que equivale a pessoas que não completaram o Ensino Fundamental, e este percentual vai diminuindo até chegar às zonas de vulnerabilidade 3 e 4 (pouco mais de 30%). Porém, é preocupante que na RMC, em todas as zonas de vulnerabilidade, a proporção da população analfabeta é de 5,2%, sendo na ZV 1 (7,2%) da população do estrato, na zona de vulnerabilidade 2 (5,6%) e, na ZV 3 (4,7%) de analfabetos.

Quando perguntado ao respondente sobre o que leva os menores de 25 anos a não frequentar mais a escola (motivos), dentre as opções disponibilizadas destacam-se as respostas ligadas a “motivos financeiros” e “precisar trabalhar para ajudar no orçamento doméstico” 37,6%; “não gosta ou não quer estudar”, “prefere só trabalhar” e “parou por um tempo” agregadas somam 35,3% e “casou ou teve filho” 13,4%, o que não varia muito entre as zonas de vulnerabilidade.

Esta última informação, sobre os jovens menores de 25 anos que não frequentam a escola precisarem trabalhar ou terem outros motivos para deixar de estudar, pode estar relacionada ao valor e às expectativas que esta população deposita na escola, o que nos leva a traçar um quadro da situação de escolaridade da região.

Olhando para a geração que está na escola, uma inferência sobre os dados apresentados que se detivesse, apenas, na perspectiva de acesso concluiria que a situação da RMC é bastante adequada, já que as crianças entre 7 e 17 anos estão quase todas matriculadas, a grande maioria em idade adequada ao nível escolar, em escolas muito próximas a sua residência. Porém se observarmos que 39,7% dos estudantes do período noturno na ZV 1 têm entre 15 a 17 anos e que 72,8% na faixa etária entre 18 e 25 anos não frequentam a escola (por motivos financeiros, familiares ou por não acreditarem que esta lhe possa trazer benefícios) então a situação da desigualdade escolar é preocupante.

Considerando as características econômicas da região (pólo de indústrias de alta tecnologia e serviços especializados) percebe-se que esta geração não estará preparada para assumir os postos de trabalho gerados pela RMC. Evidentemente os trabalhos

especializados e o adensamento populacional propiciam uma cadeia de trabalhos menos especializados, mas estes são insuficientes, se consideramos os padrões de alto valor agregado de consumo e o fato de que a concorrência por postos de trabalho menos especializados, na região, soma-se às gerações que já passaram pela idade escolar, pois 62,8% de pessoas com mais de 15 anos tem menos de 11 anos de estudo e 5,2% são analfabetos.

A relação entre trabalho, família e escola é fundamental para entender os comportamentos e expectativas dos jovens em relação ao seu futuro, Sposito (2005), e há uma tendência nas economias latino-americanas de desvalorização dos títulos escolares, como efeito da universalização do ensino básico, e conseqüente desvalorização salarial para os mais escolarizados (ARCARY, 2010). Tal fato acaba por gerar novos padrões de distinção para obtenção de postos de trabalho e reforça, ainda mais, as desigualdades, se considerarmos que este processo cria uma desvalorização generalizada dos ativos das populações mais vulneráveis.

Devemos considerar, ainda, que o número de estudantes matriculados em Ensino Técnico profissionalizante é irrisório e que as perspectivas para os jovens da ZV 1 e da ZV 4 são muito diferentes. Mesmo argumentando que o número de jovens entre 18 e 25 anos que não estudam ou os motivos pelos quais eles não estudam não se diferenciam, por condição de vulnerabilidade, passar pela Educação Básica de forma “protocolar” e ter de ingressar de forma precarizada no mercado de trabalho para manter sua subsistência, o que geralmente ocorre com as populações mais vulneráveis, é bastante distinto de possuir uma capacidade de ativos mobilizáveis pela família e optar por trabalhar para aumentar sua autonomia de consumo, o que geralmente ocorre nas populações menos vulneráveis.

Condições de Saúde

Não ter um plano de saúde ou convênio médico privado, para todos os moradores do domicílio, é a realidade de 49% da RMC. Nestes casos, nada menos que 89% declaram utilizar exclusivamente o SUS e 9% utilizam eventualmente o sistema privado. Do ponto de vista individual não ter convênio particular é a realidade de 82% dos moradores da ZV 1, enquanto que na ZV 4 a proporção é de 33%.

Tais dados podem explicar porque, quando perguntados sobre a dificuldade de conseguir atendimento do serviço de saúde, na ZV 1, 17,2% dos respondentes afirmaram ter muita dificuldade de obter o serviço (56,6% afirmam não ter dificuldade), enquanto na ZV 4 a proporção é de 2,9% (93,7% afirmam não ter dificuldade).

Importante notar que uma parte significativa dos convênios de saúde 40,6% é oferecida como benefício da relação de trabalho, tornando visível uma dimensão bastante significativa das diferenças de empresas empregadoras que estabelecem relação de trabalho com as populações mais vulneráveis e menos vulneráveis. Outra perspectiva que demarca a desigualdade do ativo saúde, trabalhando ainda com a variável convênio médico, é que 73,7% dos moradores da ZV 1, têm convênio médico não vinculado ao trabalho, o que significa aumento do comprometimento da renda desta população.

Quanto às condições gerais e acesso ao serviço de saúde da população da RMC, as variáveis vinculadas ao capital humano parecem revelar grandes diferenças de estratos das condições de vulnerabilidade. Porém no caso das políticas públicas de saúde existem outros elementos que, seguindo a nossa classificação de ativos, estariam vinculados ao capital social. O mais significativo deles é a forma diferenciada como a população acessa os serviços público a partir das relações que possuem com a burocracia implementadora das políticas, demonstrando segmentações importantes que caracterizam a desigualdade na mobilização de ativos frente à pobreza (AZEVEDO, 2009)

Capital social

Para Portes (1998) “Uma revisão da literatura faz com que seja possível distinguir três funções básicas do capital social, aplicável numa série de contextos: (a) como fonte de controle social, (b) como fonte de apoio familiar; (c) como uma fonte de benefícios através de redes extra familiares.”

Os ativos que vamos destacar, a partir das variáveis disponíveis na pesquisa domiciliar, podem, por vezes, ser identificados com as observações empíricas de Coleman (1988), mas serão direcionadas sob a perspectiva de Bourdieu, o que significa “a participação em um grupo, que dispõe cada um dos seus membros com o apoio do capital de propriedade da coletividade, uma "credencial" que lhes dá direito ao crédito, nos diferentes sentidos da palavra” (BOURDIEU, 1986, p. 51) e produz a partir das interações em redes, importantes ativos que podem ser convertidos em benefícios para seus detentores. Estas relações podem ser operadas entre pessoas e instituições e são mediadas pelo espaço social.

Violência

A percepção de violência (perigo) constitui sério impedimento na formação de alguns ativos de capital social e gera fortes estigmas de lugar, assim como desigualdades

escolares, por exemplo, conforme a relação entre resultados de desempenho e violência, medida por taxa de homicídios, em Ribeiro e Koslinski (2010), para a análise da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Nas áreas mais vulneráveis (ZV 1 e ZV 2) a percepção da violência como um perigo do bairro, está presente em 70%, dos respondentes e nas áreas menos vulneráveis (ZV 3 e ZV 4) em 60% dos respondentes. Porém, quando esta violência é caracterizada por tipos de crime, a condição de pertencimento a determinada zona de vulnerabilidade fica bastante demarcada. Nas ZV 3 e 4, a percepção de perigo com a violência está relacionada com assaltos, roubos e furtos para mais de 80,1% dos respondentes destas zonas de vulnerabilidade e tráfico de drogas para 14,5%; enquanto na ZV 1 existe a maior preocupação (34%) com o tráfico de drogas, seguido pelas opções apontadas: roubos e furtos (26,9%), assaltos (26,3%). A ZV 1 é, praticamente, a única zona de vulnerabilidade no qual foi citada a opção homicídios, por 4,4% dos respondentes.

Aqui a violência é entendida como atos de criminalidade (assalto, roubo, homicídios...), geralmente a forma como as pessoas se reportam ao problema. Mas existe a violência embutida em todas as formas de desigualdade que apresentamos nos dados da pesquisa e que fica oculta na percepção de quem a vivencia.

Redes de relacionamentos

A limitada participação associativa dos moradores na RMC, e como demonstram algumas pesquisas, dos brasileiros de forma geral, apesar de indicarem um comportamento social de apatia, nas formas de participação coletiva, deve ser observada com mais atenção. Talvez, uma retrospectiva histórica de nossa formação social e política possam indicar elementos não captados (inclusive pouco explorados nesta pesquisa) e que reorganizam, em outras bases, as relações que conformam o capital social. Um exemplo é o fenômeno do clientelismo, conforme Putnam (1996, p. 115), que, na pesquisa do autor, consiste em uma prática mais comum nas províncias italianas de menor civilidade. Os cidadãos substituem o papel da participação em instituições coletivas (sindicatos, partidos, associações...) para uma relação direta com os representantes do poder político.

O caso italiano, também pelas similitudes históricas do processo de formação e organização política que tem com o Brasil, pode nos mostrar um caminho interessante para desvendar estes mecanismos sociais, a exemplo do circuito fechado, Fernandes (1979), caracteriza a relação direta da formação da burguesia brasileira (espelho da

oligarquia colonial) que se relaciona com o poder público de forma clientelista (FAORO, 2000).

Laços de solidariedade

Para empréstimos e ajuda em dinheiro ou espécie, as famílias da ZV 1 têm como primeira opção recorrer à ajuda de parentes residentes no mesmo domicílio ou não (aproximadamente 60%). Opção que diminui gradativamente nas ZV 2 (aproximadamente 50%), na ZV 3 (aproximadamente 30%) e na ZV 4 (aproximadamente 20%). Na mesma situação, em primeira opção, nas ZV 3 e ZV 4 em torno de 10% dos respondentes recorrem a instituições formais (bancos e associações).

Para ajudar na reforma/construção da casa (mão-de-obra) há o mesmo padrão de distribuição entre as zonas de vulnerabilidade (inversamente proporcional), valorizando a família em primeira opção. Nas ZV 1, ZV 2 e ZV 3 há importante participação de familiares moradores e uma significativa proporção, em torno de 20%, de procura a outras fontes para todas as zonas de vulnerabilidade, podendo caracterizar outras formas de crédito não bancário e de crédito (talvez comercial), ou ainda, o que é bastante tradicional no Brasil entre as populações mais carentes, a construção por mutirões, por vezes, vinculada a associações de moradores ou igrejas.

Para ajuda com cuidados com a família e a casa, há uma significativa proporção da opção não se aplica, para domicílios que não possuem crianças e idosos na condição de necessidade de cuidados. Observamos aqui, novamente, o apoio dos laços de solidariedade e reciprocidade familiar entre todas as zonas de vulnerabilidade, variando apenas no montante da proporção e nas especificidades de cada situação.

Por exemplo, para cuidar das crianças, durante o horário de trabalho das mães, as proporções são bastante significativas, na primeira opção de ajuda, para os cuidados, de parentes moradores e parentes não residentes, para os moradores da ZV 1 e ZV 2.

Para cuidar de membro enfermo ou idoso da família ou cuidar da casa em situação de doença ou impedimento da dona de casa, todos os moradores da RMC (proporção variando entre 30% e 70% (com variação inversamente proporcional a zona de vulnerabilidade), têm, como primeira opção, os parentes residentes no mesmo domicílio ou não.

Com relação à ajuda para acesso a serviços especiais de saúde (cirurgias, tratamento hospitalar) interessante notar a expressiva proporção de 20% a 30% de ajuda de outras fontes (com variação inversamente proporcional a zona de vulnerabilidade), o

que pode revelar as condições de acesso a burocracia implementadora dos serviços segundo a hipótese de Azevedo (2009). Ter proximidade, por ser um parente ou vizinho, do profissional de saúde (médico, enfermeiro, atendente...) pode gerar facilidade no encaminhamento do serviço.

Uma observação importante quanto à forma de organização das famílias a respeito dos seus laços de solidariedade e reciprocidade é que, apesar da maioria das situações de ajuda (materiais ou não) contar com o apoio familiar, esta ajuda é sempre mais significativa entre as populações mais vulneráveis, inclusive com grande incidência de parentes moradores (o que representa uma forma de reprodução das condições de vida, importante segundo os arranjos familiares). Complementar a esta observação e seguindo no mesmo sentido, chama a atenção a proporção de respostas “ninguém” e “não recorre” das famílias menos vulneráveis, demonstrando um padrão mais individualizado e autônomo de solução, para as necessidades de ajuda.

Vínculos com a vizinhança

Outro elemento que pode revelar condições para o desenvolvimento de ativos originados no capital social são os vínculos com a vizinhança. Se abordarmos a questão a partir da origem dos vínculos, notamos que na RMC o movimento migratório é intenso. Isso se comprova com o fato de que 59,1% da população da região nasceu em outro município.

Os vínculos com a vizinhança são importantes, não apenas pela formação dos laços de solidariedade, como já vimos nesta pesquisa que são mais fortes entre os parentes, mas também pela estabilidade das relações e acesso a serviços como, por exemplo, tratamentos de saúde nas unidades de atendimento do bairro e a construção de vínculos no processo de escolarização das crianças.

No caso da escolarização é importante lembrar que ela se faz mediada pelos vínculos construídos entre os próprios estudantes e destes com os professores, e ainda, que o currículo organizado por conteúdos exige um encadeamento de pré-requisitos das informações, nas disciplinas, em cada série. Considerando que, no Brasil, não temos um sistema educacional único, e que os aspectos de conteúdo curricular variam entre redes e até mesmo dentro de uma mesma rede, o fato de um grande número de mudanças de domicílios, sejam elas dentro do mesmo município ou não, afeta diretamente o desenvolvimento do aprendizado dos estudantes.

Os moradores da região, no momento em que a pesquisa foi feita, também indicaram uma elevada frequência de mudança de residência, entre municípios e dentro do município de residência a época da pesquisa. Dada a disponibilidade e qualidade dos ativos transformados em capitais, mudar de residência, para os pobres, implica dificuldades diferentes em relação a outros estratos sociais.

Vínculos com o trabalho

Por último, é importantíssimo para compreender as fontes de capital social observar as características dos vínculos dos moradores com o seu trabalho, o que podemos associar ao conceito de desfiliação de Castel (2008). Em relação ao contingente de trabalhadores 53,7% dos moradores do município com mais de 14 anos trabalham regularmente em atividades remuneradas.

O trabalho é ainda o principal ativo disponibilizado as famílias na sua função de reprodução, tanto na forma de remuneração, como observamos no capital físico, como na forma de acesso a redes. Articulando a informação do trabalho as características de uma região de migrantes, como vimos a pouco, percebemos a importância do trabalho na condição de vida das pessoas.

Entre os trabalhadores regulares PEA (50,25% da população total), a grande maioria trabalha como empregado (76,52%). Há ainda 16,22% de trabalhadores autônomos e 3,87% de empregados domésticos (mulheres). Trabalham em sua maioria no setor de comércio e serviços 65,72%, sendo que 33,49% na indústria (quase não variando entre as zonas de vulnerabilidade, exceção feita as empregadas domésticas que são da ZV 1).

Entre todos os trabalhadores regulares, 85,30% em média tem carteira assinada e a jornada de trabalho semanal é distinta entre as zonas de vulnerabilidade como apresenta a **Tabela 4**.

Tabela 4: Jornada semanal dos trabalhadores regulares da população amostrada, em números relativos, por zonas de vulnerabilidade, RMC, 2007.

	ZV 1	ZV 2	ZV 3	ZV 4*	RMC
Até 40 horas	41,8%	44,7%	52,5%	55,5%	47,72%
De 41 a 44 horas	13,5%	17,9%	15,2%	7,3%	15,59%
Mais de 44 horas	44,7%	37,4%	32,3%	37,1%	36,69%

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade FAPESP/CNPq, NEPO/UNICAMP (2007).

* Corresponde a cerca de 40% do total da população da zona de vulnerabilidade 4 e apresenta rendimento médio abaixo da mediana da distribuição geral deste estrato.

Se observarmos a **Tabela 5** notaremos que há uma diferença significativa de proporção entre a ZV 1 e ZV 4 na faixa etária entre 25 a 39 anos (período de maior

participação no mercado de trabalho), pois indica quase 20% de pessoas inativas, na faixa etária, na ZV 1, enquanto na ZV 4 a inatividade é de pouco mais de 5%. Isto mostra, mais uma vez, a precariedade das condições de trabalho para os jovens mais vulneráveis.

O ritmo de decréscimo da participação da população, no mercado de trabalho, também é bastante diferente, na ZV 4 participam 94,59% da população entre 25 a 39 anos e na faixa seguinte (40 a 54 anos) a proporção cai em quase um terço, o que ocorre também na faixa de 55 a 69 anos, caindo de novo em um terço. Já para a população mais vulnerável (ZV 1) a proporção está em 81,02% entre 25 a 39 anos e na faixa seguinte (40 a 54 anos) a proporção cai apenas 5% e na transição para a faixa de 55 a 69 anos cai 59%.

Daí duas observações relevantes: a primeira é que a aposentadoria pela previdência pública no Brasil, por idade, é de 60 anos para mulheres e 65 anos para homens, portanto é natural a queda brusca no quarto grupo etário, mas é importante notar que a proporção dos que continuam no mercado de trabalho é maior na ZV 1; a outra observação é que a redução significativa do segundo para o terceiro grupo etário, na ZV 4, exibe uma trajetória de vida centrada no mercado de trabalho até os 40 anos e depois se abre um espaço ou para a aposentadoria, trabalhos excepcionais ou para usufruto de rendas.

Tabela 5: Taxa de participação no mercado de trabalho (PEA / PIA) segundo grupos etários, em números relativos, por zonas de vulnerabilidade, RMC, 2007.

	ZV 1	ZV 2	ZV 3	ZV 4*	RMC
10 a 24 anos	42,45%	55,27%	47,16%	44,09%	51,11%
25 a 39 anos	81,02%	83,30%	87,29%	94,59%	84,92%
40 a 54 anos	76,86%	71,37%	67,08%	67,42%	71,84%
55 a 69 anos	31,50%	29,44%	29,42%	22,49%	27,93%
70 anos e mais	0%	1,63%	3,33%	4,99%	2,95%

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade FAPESP/CNPq, NEPO/UNICAMP (2007).

* Corresponde a cerca de 40% do total da população da zona de vulnerabilidade 4 e apresenta rendimento médio abaixo da mediana da distribuição geral deste estrato.

Capital cultural

Uma das mais importantes marcas distintivas de pertencimento a determinado grupo social é o capital cultural, que se tornou habitual nas pesquisas brasileiras. Particularmente aquelas que procuram estratificar populações por condição econômica e social, utilizando como indicador de capital cultural a escolaridade das mães, quando dispõem deste tipo de variável.

São inúmeras as pesquisas que, utilizando-se de análise fatorial ou regressão, encontram explicações analíticas bastante significativas desta variável, quando associada a resultados de proficiência dos filhos em testes de aprendizagem, e ainda, por vezes, esta variável se torna um substituto quase perfeito de estratos de classe social e renda.

Isto, geralmente ocorre porque a variável escolaridade da mãe expressa de forma sintética, como um indicador, um determinado padrão da nossa organização social. Ela congrega comportamentos sociais como a preponderância da atenção materna com a educação, do valor e atenção que esta mesma mãe tem e projeta no seu filho; congrega posição social ao mensurar a oportunidade que a mãe teve na sua trajetória escolar e sua condição atual; representa os ingressos a determinados grupos referendados pela cultura legítima, dentre outros fenômenos sociais.

Agregando os dados dos mais vulneráveis (ZV 1 e ZV 2) e dos menos vulneráveis (ZV 3 e ZV 4) observamos que 30,1% das mães mais vulneráveis chegaram até o primeiro ciclo Ensino Fundamental, enquanto entre os menos vulneráveis a proporção é de 16,8%. No ensino superior a proporção das mães menos vulneráveis é de 19,6% enquanto entre as mães mais vulneráveis a escolaridade nesse nível não chega a 5%.

Mas não é trivial orientar estas inferências, por isso, é necessário retomar a construção operativa do conceito de capital cultural, o que amplia a versão economicista (capital humano) para além da associação da escolaridade dos pais à remuneração no emprego ou sucesso escolar.

Segundo Bourdieu (2004) o capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, em forma de longa duração disposições da mente e do corpo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais (pinturas, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, etc); e no estado institucionalizado, representado na forma de títulos escolares.

Além de outras questões já apresentadas aqui, a condição de sociabilidade da população é bastante reduzida (entendida aqui como espaços de convivência) e bastante relacionada com as condições financeiras e a percepção da cultura legítima (efeito às vezes causado pelos próprios itens do questionário).

O único espaço amplamente frequentado por jovens (15 a 24 anos), independentemente da região onde vivem, são os shoppings centers (a passeio). A frequência destes espaços é de 66% para ZV 1, 75% na ZV 2, 94% na ZV 3 e 90% na ZV 4. Entre os adultos (25 a 65 anos) o passeio nos shoppings centers, tem a preferência de

50% para ZV 1, 56% na ZV 2, 73% na ZV 3 e chega a 82% na ZV 4. A frequência ao passeio no cinema tem intervalos e diferenças muito parecidas com esta distribuição dos shoppings centers⁶, apenas com proporções um pouco menores.

Independentemente, porém, da zona de vulnerabilidade, os maiores de 17 anos ficam, predominantemente, em casa no tempo livre, ou seja, quando não estão na escola ou no trabalho ficam em casa na ZV 1 (82,1%), ZV 2 (75,1%), ZV 3 (76,1%), ZV 4 (76,1%).

Os jovens entre 17 e 24 anos não frequentam, na sua maioria, outros espaços educacionais (idiomas, computação, especialização etc), mas a diferença entre os estratos de vulnerabilidade é perceptível. Enquanto 88,4% dos jovens da zona de vulnerabilidade 1 não frequentam estas atividades, a proporção dos jovens não frequentadores da ZV 4 é de 68,7%.

No caso de atividades culturais e desportivas a realidade é a mesma. Enquanto 83,6% dos jovens da zona de vulnerabilidade 1 não frequentam estas atividades, a proporção dos jovens não frequentadores da ZV 4 é de 66,9%. Interessante notar que neste quesito 13,2% dos jovens da ZV 1 e 10% dos jovens da ZV 4 frequentam estas atividades em espaços que as oferecem de forma gratuita, demonstrando que, provavelmente, falta espaços e informação sobre estes serviços.

Uma fonte importante de informação e relacionamento, o acesso à internet, também revela desigualdades no grupo de jovens entre 17 e 24 anos. Para os moradores das zonas de vulnerabilidade 1 e 2 (mais vulneráveis) uma proporção de 52,8% e 48,6% respectivamente, nunca acessam, enquanto, para os moradores da ZV 4, nunca acessar tem uma proporção de 25,8% dos jovens. Para os jovens de 17 a 24 anos da ZV 1, que acessam a internet, um importante serviço é prestado pelas lan houses, onde 17,9% dos jovens desta região conseguem fazer seu acesso.

O acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos tem sido apontado em várias pesquisas e por vários profissionais das áreas pedagógicas como sendo um grande diferencial na busca pela educação de qualidade. Métodos usuais de acompanhamento da vida escolar como verificar a “lição de casa” ou perguntar sobre como foi o dia da criança ou do jovem na escola foram considerados pela pesquisa como indícios de certo padrão de valorização da educação na vida familiar.

⁶ Vale lembrar que atualmente quase a totalidade das salas de exibição de filmes estão nos shoppings centers.

Por meio de agregação de algumas variáveis vamos considerar como tipo ideal, todas as mães de estudantes do Ensino Fundamental, que responderam afirmativamente às seguintes questões: acompanha a lição de casa diariamente; pergunta sobre o que acontece na escola sempre e conhece todos os professores.

As três variáveis selecionadas e agregadas representam um indicador de intenso acompanhamento com que vamos distinguir, a partir de suas características, as mães de estudantes do Ensino Fundamental que acompanham os filhos com menor intensidade e o conjunto geral das mães da região (que tenham filhos estudando ou não). O indicador do tipo ideal foi cruzado com todas as outras variáveis da pesquisa e passaremos a apresentar aquelas que geram distinções entre este grupo e as características gerais.

A primeira informação, o que é esperado do ponto de vista material e simbólico, é que das mães de estudantes do Ensino Fundamental que estão entre as menos vulneráveis (ZV 3 e ZV 4) 55% são do tipo ideal. Enquanto entre as mais vulneráveis (ZV 1 e ZV 2) apenas 37% são do tipo ideal.

Quanto ao papel no arranjo familiar, há uma distinção importante que marca a característica do grupo tipo ideal. Para este grupo 80,9% são cônjuges do chefe do domicílio, enquanto a proporção na condição de cônjuge para mães com filhos no Ensino Fundamental é de 66,7% e a proporção para mães em geral é de 66%. Isto demonstra uma forte associação entre o papel de cônjuge, no arranjo familiar, e as características de acompanhamento dos filhos na escola, aspecto reforçado pela divisão do trabalho doméstico destes arranjos familiares, como já mencionamos.

A escolaridade destas mães também difere bastante, com tendência de maior escolarização para as mães do tipo ideal, como vemos na **Tabela 6**, abaixo.

Tabela 6: Escolaridade das mães, em números relativos, por grupos de mães, RMC, 2007.

	Mães em geral	Mães EF	Tipo ideal
Primeiro ciclo do Ensino Fundamental	32,2%	29,2%	18%
Segundo ciclo do Ensino Fundamental	26,2%	35,6%	29,6%
Ensino Médio	26,5%	26,2%	38%
Ensino Superior	*	*	11,8%

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade FAPESP/CNPq, NEPO/UNICAMP (2007).

* n. amostral insuficiente.

Em relação ao trabalho as mães do tipo ideal que possuem um emprego regular somam 43% do grupo (outras mães EF 53% e mães em geral 47,7%). Entre as que trabalham, estão no mesmo emprego há mais de 2 anos 70,8% (outras mães EF 56,5% e mães em geral 68,1%), aspecto que, além de mostrar uma estabilidade maior no emprego

do grupo tipo ideal, também mostra a menor estabilidade das outras mães que possuem filhos pequenos. Quanto à jornada de trabalho também há diferenças que demonstram jornadas de trabalho menor para o grupo tipo ideal, **Tabela 7:**

Tabela 7: Jornada semanal dos trabalhadores regulares, em números relativos, por grupos de mães, RMC, 2007.

	Mães em geral	Mães EF	Tipo ideal
Menos 30 horas	10,1%	12,1%	22,7%
De 31 a 40 horas	36,9%	36%	35%
De 41 a 44 horas	15%	21,3%	13%
Mais de 44 horas	37,5%	29,3%	28,7%

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade FAPESP/CNPq, NEPO/UNICAMP (2007).

O conjunto de características conformadas aqui, na comparação com o grupo de tipo ideal, mostra um padrão de organização familiar nuclear em que a mãe, no domicílio, assume a condição de dona de casa (já que ela na maioria dos casos não é a chefe do domicílio), assumindo as responsabilidades de cuidar da casa e dos filhos, mesmo considerando que uma parte significativa destas mães também trabalha em empregos remunerados.

Assim a posição das mães de tipo ideal é diferenciada, pois possuem uma escolaridade um pouco maior que a média geral das mães e, quando têm emprego remunerado, este é mais estável e possui jornada menor que a média geral.

Considerações finais

Sob a perspectiva de estratificação, a partir da vulnerabilidade social, o que apresentamos permitiu, em boa medida, caracterizar as desigualdades na formação, reprodução e manutenção de ativos e capitais de distintas ordens na RMC. Este exercício nos possibilitou inferir sobre a disponibilidade destes ativos e capitais, na sua relação com as desigualdades educacionais.

Os dados apresentados agrupados em capital físico, capital humano, capital social e capital cultural atendem a tarefa operativa do conceito de vulnerabilidade social de demonstrar a heterogeneidade das relações sociais e os mecanismos que constituem a formação de ativos para enfrentamento do risco à pobreza. As inferências sobre estas informações revelam caminhos que podem ajudar na melhora das análises sobre o tema, tanto quando aparentam demonstrar relações de classe, status, gênero, posição e poder, elementos fortemente vinculados às condições estruturais da sociedade, como quando revelam particularidades de vínculos e estratégias de grupos.

As características do capital físico / financeiro demarcam as diferenças entre as zonas de vulnerabilidade, para além dos tradicionais recortes por renda ou por padrão de consumo e, uma constatação é inequívoca, o espaço habitado e as condições de classe revelam diferenças sensíveis em relação a diversos indicadores descritos nas variáveis (sejam eles estritamente físicos como a localização e o acesso ou ainda, de percepção como a qualidade do serviço). Mais do que isto, as condições básicas de existência e os serviços públicos essenciais não são garantidos de forma equitativa.

Assim, a capacidade de transformar características físicas em ativos gera grande probabilidade de afetar de forma desigual a qualidade de vida em seus diversos aspectos e, particularmente, a condição e as expectativas associadas à função educacional da família. Isto acontece não apenas pela ausência de diversos destes ativos, mas também pela relação de fragilidades relacionadas que esta condição gera.

As condições de emprego demonstram uma relativa segurança dos trabalhadores regulares, em uma região com economia bastante dinâmica, em um período de crescimento econômico, mas do ponto de vista do capital social o ativo trabalho precisa proporcionar um conjunto de redes de relações que permitam melhora nas condições de emprego e renda (laços fracos), o que se distingue dos laços de solidariedade mais comuns, representados pela importância dos laços familiares (laços fortes), que segundo Granovetter (1973), geralmente, não garantem a ativação das redes geradoras de benefícios do capital social no trabalho.

Podemos acrescentar a esta perspectiva a diferença de condição entre os mais e os menos vulneráveis apresentados nos dados no seu contato com a violência, sua participação em associações e sua mobilidade, destacando uma característica importante do capital social relacionado à herança do nome (BOURDIEU, 1986). O que queremos indicar em relação à distinção dos laços fortes e fracos é que, mesmo considerando os menos vulneráveis mais autônomos em relação às estratégias de reprodução, seus vínculos familiares e de trabalho possibilitam uma série de relações distintas (clubes, festas, relação com pessoas em melhores posições de emprego, autoridades...) que geram um capital importante na sua relação com o trabalho.

Trabalhar mais horas, em relação aos mais vulneráveis, pode significar a necessidade de complementação de renda em empregos menos estáveis e com menos benefícios de salário (lembrar das diferenças de remuneração e dos convênios de saúde), enquanto trabalhar mais horas, para ao menos vulneráveis, pode significar empregos com

cargo de responsabilidade (sem jornada definida) ou funções mais autônomas. O que também tem uma relação significativa com o capital cultural.

Outra variável interessante para observar as fontes do capital social, relacionadas ao trabalho é a sua condição frente à idade. Considerando a importante vinculação que o trabalho tem na função educacional das famílias, tanto no aspecto das estratégias de melhoria de remuneração, como na referência simbólica da socialização pelo trabalho e na construção da identidade da criança, participar do mercado de trabalho em idades diferentes revela condições de posição.

Na análise do capital cultural temos um modelo de papel atribuído às mães, na sua função educacional, operado como tipo ideal que, por um lado, reproduz o arranjo familiar nuclear tradicional, que assume, na sua condição simbólica, o papel idealizado pelas campanhas educativas pelo sucesso escolar, em que não podemos distinguir se este papel estrutura a condição (idealizada) ou se é estruturado por ela, já que, tanto a escola, a comunicação de massa e como algumas pesquisas indicam ser este o comportamento mais eficaz.

Do outro lado, está à contradição desta idealização, que se estabelece porque há uma condição material para que ela se desenvolva, o que, portanto, gera uma inviabilidade desta idealização se concretizar nos domicílios das famílias mais vulneráveis. É importante assinalar que tanto nas características comparadas do grupo do tipo ideal, como dos outros ativos do capital cultural, social, humano e econômico há sempre uma distinção, uma diferença de condição que, possivelmente, uma campanha de conscientização, para que mães acompanhem a vida escolar dos filhos, não poderá mudar.

Também em relação à importância que os programas e políticas educacionais têm dado a esta questão Carvalho (2004) nos lembra que cobra-se das mães participação nas escolas sem que se leve em consideração as condições materiais e as diferenças de gênero, nos cuidados com a casa e com as crianças.

Estas diferenças se configuram, tanto na dimensão simbólica, o que pode ser interpretado como comportamento de grupo, status de classe, disposição ou diferenças de estratégias e interesses, como na expressão material das características de diferentes posições sociais, aqui estratificadas pelo conceito de vulnerabilidade social, acabando por determinar o sentido que se dá ao ensino, na produção e reprodução da vida cotidiana. Os mesmos sentidos que fazem grande diferença, quando as variáveis apresentadas se

tornam ativos de enfrentamento da vulnerabilidade social, particularmente no enfrentamento do risco a pobreza.

Referências Bibliográficas:

ARCARY, Valerio. Um Brasil menos desigual? Mobilidade social baixa e evolução lenta da escolaridade média. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 2, n.1, p. 09-17, jan./jul. 2010.

AZEVEDO, Simone Jose Sardinha de (autor); CUNHA, Jose Marcos Pinto da (orient.). Segregação e oportunidades de acesso aos serviços básicos de saúde em Campinas: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intra-urbano. 2009. 210 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000466041>>. Acesso em: 25 maio 2011.

BECKER, Gary Stanley. Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education. 3. ed. Chicago: Univ. of Chicago, 1993.

BROOKE, Nigel e SOARES, José Francisco. (orgs). Pesquisa em eficácia escolar origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: RICHARSON, J.G. (ed.), Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York: Greenwood Press, 1986.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 73-79.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 25, Apr. 2004.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COLEMAN, James Samuel. Social Capital in the Creation of Human Capital. The American Journal of Sociology, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, 1988.

CUNHA, José Marcos Pinto da ; JAKOB, Alberto Augusto Eichman ; HOGAN, Daniel J.; CARMO, Roberto L. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006, p. 143-168.

CUNHA, José Marcos Pinto da; JIMENEZ, Maren Andrea; PEREZ, José Roberto Rus; ANDRADE, Cibele Yahn de. Social segregation and academic achievement in state-run elementary schools in the municipality of Campinas, Brazil. Geoforum, v. 40, p. 873-883, 2009.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 10.ed. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Florestan. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1979.

FORQUIN, Jean-Claude. Sociologia da educação: dez anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Ed. Moraes, 1986.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. *The American Journal of Sociology*, Vol. 78, No. 6, May, 1973.

GUTIÉRREZ, Alicia. Pobre', como siempre... Estrategias del reproducción social en la pobreza. Córdoba: Ferreyra Editor, 2007.

KAZTMAN, Ruben e FILGUEIRA, Fernando. As normas como bem público e privado: reflexões na fronteira do enfoque "ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades" (Aveo). In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006, p. 67-94.

LAHIRE, Bernard. Crenças Coletivas e Desigualdades Culturais. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 983-995, setembro 2003.

LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

NEVES, Izabella Maria Zanaga de Camargo e CUNHA, José Marcos Pinto da. Urbanismo, demografia e as formas de morar na metrópole: um estudo de caso da Região Metropolitana de Campinas. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 211-237, jan/jun 2010.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo e ZAGO, Nadir. Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PORTES, Alejandro. Social Capital: its origins and e applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, New Jersey, v. 24, 1998.

PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e KOSLINSKI, Mariane C. A Metropolização da Questão Social e as Desigualdades de Oportunidades Educacionais no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôlopes: IPPUR / UFRJ, 2010. p. 33-66.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 4.ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.